

GILBERTO FREYRE E DOM VITAL

Nilo Pereira
Historiador

A figura complexa e revolucionária de Dom Vital — imprevista no contexto religioso da sociedade brasileira em que ele viveu — só pode ser compreendida e explicada pelo conhecimento do seu tempo.

Na década de 1870 o Brasil passava por uma transição político-social que não foi percebida pelo Imperador Pedro II.

Essa transição assinala bem o conflito das idéias. No Recife os debates pela imprensa começaram pela negação em chão sagrado da sepultura do general Abreu e Lima. Ainda hoje persiste a dúvida sobre o ato do bispo Cardoso Ayres: — ele teria agido com um sentimento ultramontano ou reacionário, segundo os liberais da época. Essa questão foi aprofundada recentemente pelo Monsenhor Severino Nogueira e pelo Padre Theodoro Hukelmann, em estudos e conferências da mais alta valia histórica.

O bispo Cardoso Ayres — é bom que se diga mais uma vez — agiu em função de leis civis e canônicas, uma vez que, pelo art. 5o. da Constituição do Império, o Catolicismo era a religião oficial do Estado. Tal a rigidez desse ordenamento que se exigia para os candidatos à representação popular a condição indispensável de ser católico. O que mostra que a união entre o poder espiritual e o temporal chegava a exageros que, só na aparência, eram a proteção oficial da religião adotada.

A Constituição do Império criou com esse artifício a imagem de um Imperador paternalista, protetor da Fé, incentivador da própria vida religiosa, fazendo da congrua uma vinculação financeira — até certo ponto humilhante — entre bispos, governadores de Bispados e vigários, uns como que funcionários do Estado.

Está-se a ver que havia nisso um erro de fatais conseqüências: — o governo imperial ericou-se em tutor da Igreja, intervindo por vezes abusivamente nos negócios espirituais. O famoso Aviso de Nabuco de Araújo a respeito da entrada de noviços nos conventos e nos mosteiros redundou quase que no fechamento desses estabelecimentos religiosos. Pode-se dizer que, a título de salvaguardar a pureza da vida religiosa, o governo olhava pelo buraco da fechadura, espiando os desregramentos de frades e padres, enquanto que ditava soberanamente, como árbitro do ensino religioso, os compêndios a serem adotados nos Seminários. Não era possível maior absorção do poder temporal em face das coisas e dos interesses da formação espiritual.

Dom Vital Maria Gonçalves de Oliveira veio encontrar o Recife da década de 70 convulsionado pelas lutas ideológicas e jornalísticas entre ultramontanos e liberais, ou, se quiserem, entre jesuítas e maçons.

É verdade que o bispo Cardoso Ayres, num ato de caridade cristã, visitou o general Abreu e Lima já muito enfermo para saber se, no limiar da morte, aceitava ou não os dogmas da Igreja. O general, ainda lúcido, afirmou ou reafirmou as suas convicções, não aceitando esses dogmas, de acordo com a sua doutrinação e a sua polémica com o Monsenhor Pinto de Campos. Sua tendência era para uma espécie de socialismo cristão, expressão essa que o Papa Pio XI viria a condenar mais tarde na Encíclica "Quadragesimo Anno", na qual comentou com grande lucidez a Encíclica "Rerum Novarum", de Leão XIII.

Nada disso comoveu nem distraiu os espíritos liberais, que viam em tudo a sombra aterradora do SYLLABUS, de Pio IX, que condenou os erros do Liberalismo.

Ora, numa época de fanatismo liberal, que se avizinhava já do republicanismo, e quando Aprígio Guimarães, lente de Direito Eclesiástico na Faculdade de Direito do Recife, dizia que o Recife era "A Capital do Jesuitismo" — era muito difícil convencer a reação maçônico-liberal das boas intenções de um Bispo rosminiano, apontado como obscurantista e ultramontano.

Nesse ambiente sacudido pelas novas idéias, das quais sairia daí a pouco a Escola do Recife, de Tobias Barreto, Dom Vital viria encontrar uma desenfreada luta pela imprensa e em manifestações populares e comícios de praça pública, muitos dos quais comandados por José Mariano, tipo romântico de agitador e de boêmio, que não poucas vezes levou o povo a desordens de rua.

Convém lembrar que o ano de 1870 trazia grandes decisões internacionais e nacionais.

Foi o ano em que se formou pela Faculdade de Direito do Recife o já tribuno abolicionista e advogado de escravos, o festejado orador e pensador político Joaquim Nabuco.

Foi o ano do "Manifesto Republicano" que abalava de algum modo as estruturas políticas do Império.

Foi o ano do Concílio Ecumênico Vaticano I, do qual saiu a proclamação do dogma da Imaculada Conceição e da infalibilidade dos Papas.

É fácil imaginar o impacto causado nos liberais por essa infalibilidade, que oferecia a Pio IX a couraça com que se defendia perante o século e mesmo perante a Igreja de tudo quanto emanasse da sua autoridade, falando "ex-cathedra".

A resistência a esse princípio, pelo qual os jesuítas se bateram incessantemente, teria de ser um ponto de partida contra o "munus" episcopal.

Saliente-se que um falso padroado governamental não se sentiria tranqüilo na sua maneira de ser proteção à Igreja com esse dom privilegiado que o Concílio outorgava ao Sumo Pontífice. Dir-se-ia que a tutela do Estado, de fundo majestático e pombalino, não estaria à vontade para as intervenções descabidas que, antes mesmo da chamada Questão Religiosa, levaram o bispo do Pará, Dom Antônio Macedo Costa, a dizer ao Imperador, em famoso memorial: — "Majestade: a Igreja não é alfândega do Estado".

A expressão, parecendo ousada, continha uma grande verdade. Com efeito, a Igreja só fez sofrer na sua autoridade e na sua ação religiosa com essa falsa união, que, nos dias de Pedro II, teve algo da tradição pombalina no que concerne à sujeição do poder espiritual pelo poder temporal.

O Imperador cinzento

Ninguém interpretou melhor a figura de Pedro II do que Gilberto Freyre, quando foi comemorado, no Recife, em 1925, o centenário do nascimento do Imperador.¹

Em conferência pronunciada na Biblioteca Pública do Estado Gilberto Freyre inovou o estudo bio-psicológico do segundo Imperador do Brasil, analisando em profundidade a sua personalidade de menino sem infância, espécie de adolescente já de cartola, enquanto não lhe vinha à cabeça a coroa imperial, antecipada pela proclamação da Maioridade.

Que interpretação se pode dar à figura de Dom Pedro II em face dessa atmosfera cinzenta da sua infância, da sua adolescência e da sua própria vida?

O Imperador teve sempre uma noção regalista da sua autoridade. Parece não ter sido tão apegado à sua própria condição de monarca, dizendo certa vez que se não fosse Imperador, preferia ser professor. Certo ar doutoral ou magisterial do seu governo vinha naturalmente do seu gosto livresco pelas coisas do espírito.

Gilberto Freyre nos traça esse perfil do Imperador, retratando a maneira como ele era visto pelos seus contemporâneos, pelos jornalistas e pelos críticos, dentre os quais Ramalho Ortigão e Eça de Queiroz:

“Dom Pedro II foi o primeiro a desdenhar da coroa; e a apresentar-se de sobrecasaca e de cartola preta aos olhos do seu povo, desejoso de um governo não só paternal como majestoso. E à festa da monarquia brasileira, igreja manuelina a pedir missas solenes mais do que sermões moralistas, ele nos dá esta idéia melancólica: a de um pastor protestante a officiar em catedral católica. Na verdade ele não officia: o litúrgico lhe parece desprezível. Apenas sermoniza, moraliza, prega — tudo isso mediocrementemente”.

Não se pense que esse caráter democrático do nosso segundo Imperador — representado antes pela cartola preta do que pela coroa, antes pela sobrecasaca do que pelo manto de tucano — tenha feito de Pedro II um governante um tanto despojado das prerrogativas imperiais do seu governo majestático.

Na Questão Religiosa o princípio de autoridade, que ele considerou desafiado e quase ultrajado pelos Bispos, seu autoritarismo o fez agir antes com a coroa do que com a cartola.

Imperador europeizado pela cultura livresca, ele nem sempre entendeu certos caminhos brasileiros que se abriram no seu tempo e que não fixaram bem a sua atenção e a sua sensibilidade. Daí escrever Gilberto Freyre na conferência que estamos citando:

“A Dom Pedro II faltou mais de uma vez a noção das necessidades de ser brasileiromente tradicionalista contra os excessos burguesemente progressistas da época. A Dom Pedro, e aos seus estadistas. É por isto que as suas casacas todas se acinzentam quando no meio delas aparece — com seus exageros de padre educado na Europa mas também com seus modos de filho de senhor-de-engenho — D. Frei Vital Maria Gonçalves de Oliveira — esse sim, com alguma coisa de Imperador do Divino para os olhos do povo. Em volta do roxo de sua murça, titulares e conselheiros do Império ficam por um instante quase do tamanho de titulares e conselheiros de Eça. Antes de se tornar brasileiromente mártir, seu vulto é o de um herói. Um Dom Quixote vestido de capuchinho”.

A imagem é realmente perfeita: medem-se durante a Questão Religiosa dois Imperadores que encarnam duas religiões — a religião do Estado, na pessoa de Dom Pedro II, e a religião do povo, a devoção simples e tradicional, que está na formação do povo brasileiro, desde a catequese jesuítica, representada por Dom Frei Vital.

Não foi ao acaso que alguns juristas ou canonistas do Conselho de Estado chegaram a afirmar que os Bispos de Olinda e do Pará representavam uma soberania estrangeira, a do Vaticano.

Essa tese foi esposada pelos liberais e pelos maçons, todos eles empenhados em demonstrar por um falso casuismo que o Brasil, como Nação soberana, estava sendo invadido por uma potência religiosa, que perturbava as relações entre a Igreja e o Estado. Como se essas relações tivessem sido sempre harmoniosas e pacíficas!

O caso de Dom Vital é típico de um estremecimento de relações que, só na aparência, eram boas e eficazes.

Com a sua murça roxa contribuía para acinzentar as cores oficiais do

governo imperial, pois que o Prelado afirmava com a sua forte tonalidade pessoal uma autoridade que não estava disposta a ceder diante do abuso de outra autoridade excedida não em zelos de guardião da fé, mas em fiscalização descabida e intromissão indébita nos negócios puramente espirituais.

Na sua famosa conferência sobre Dom Pedro II, Gilberto Freyre traçou novas diretrizes à compreensão do Bispo de Olinda e da sua ação ortodoxamente católica.

Geralmente, o que então se repetia na historiografia nacional ou eram os aplausos sistemáticos ao Imperador, vindos das fileiras maçônicas e liberais, ou a exaltação dos Prelados, que ousaram mostrar ao governo que ele estava errado quando transpunha os limites da sua competência constitucional.

A simbologia da cor cinzenta, invocada por Gilberto Freyre, mostra bem a espécie de claro-escuro em que se movia o governo, tendo como chave da estrutura política o Poder Moderador. Um Poder que suscitou tantas interpretações polêmicas, tais como as de Tobias Barreto, Zacarias de Goes e Braz Florentino, entre outros. Poder que estava acima do próprio Poder Executivo, como fiel de balança da sistemática constitucional.

Em tais circunstâncias, o difícil era a própria limitação constitucional das esferas de competência, no funcionamento harmônico dos Poderes — o espiritual e o temporal.

O Império cinzento confundia as duas jurisdições, em proveito, já se vê, da autoridade civil que se constituiu em medida da harmonia aparente, uma vez que a Religião passou a ser quase que um departamento do Estado.

O Marquês de São Vicente dizia, categórico: — “O sacerdote deve ser subordinado ao Poder Temporal”.

Por sua vez Souza Franco doutrinava: — “Há uma grande ameaça de invasão eclesiástica sobre o poder temporal”²

Era assim que, na maioria dos casos, se pensava e era assim que se agia no Conselho de Estado.

De resto, isso representa o pensamento do próprio Monarca, considerado liberal — e, de fato, o era com relação à liberdade de imprensa, que tanto respeitou — mas autoritário naquilo que pensava ser o resguardo e o pres-

tígio do seu poder, respaldado por uma tradição pombalina que, em D. Pedro II, se amaciava em aparências de liberalismo e de tolerância religiosa.

Era natural, até certo ponto, a confusão dos próprios católicos, quando os Bispos de Olinda e do Pará se levantaram em desobediência ao Conselho de Estado, para respeitar a ortodoxia da Igreja e a doutrina pontifícia.

O clima de acomodação não permitia essa espécie de rebeldia eclesiástica. Rebeldia que não era insubmissão ao governo, cuja autoridade civil jamais pretenderam atingir.

Nos dias de Pedro II o manto de tucano dava a impressão, perante o povo ingênuo, de uma capa de Cardeal, que protegesse ao mesmo tempo o Estado e a Igreja. Puro engano visual, pois que a Igreja nunca esteve em condições de igualdade com a Coroa, nem os Cabidos eclesiásticos nunca foram seguidos e obedecidos como o Conselho de Estado, que refletia o pensamento eclético do Imperador.

Retrato perfeito e acabado

Teremos sempre de recorrer a Gilberto Freyre toda vez que quisermos compreender a figura e a psicologia de D. Pedro II, o Imperador voltairiano, segundo o senador Barbosa Lima em notável pronunciamento sobre Dom Vital, que lhe mereceu a mais viva admiração.

Escreve Gilberto Freyre³

“A sobrecasaca preta, as botinas pretas, as cartolas pretas, as carruagens pretas enegreceram nossa vida quase de repente; fizeram do vestuário, nas cidades do Império, quase um luto fechado. Esse período de europeização da nossa paisagem pelo preto e pelo cinzento — cores civilizadas, urbanas, burguesas, em oposição às rústicas, às orientais, às africanas, às plebéias, — começou com Dom João VI; mas acentuou-se com Dom Pedro II. O segundo imperador do Brasil, ainda meninote de quinze anos, já vestia e pensava como velho; aos vinte e poucos era o monarca “mais triste do mundo”, na opinião de um viajante europeu. Parece que só se sentia bem dentro do seu *croisé* e de sua cartola preta; e mal, ridículo, desajeitado, sob o papo de tucano, o manto de rei, a coroa de imperador”.

É bom sempre repetir essa pincelada com que Gilberto Freyre nos mostra o imperador sem infância, mas muito cioso da sua velhice precoce, traduzida em atos de autoridade majestática.

Foi justamente desse ambiente carregado, quase sombrio, tão anti-Pedro I que ele tirou as sombras com que acinzentou, ou mesmo enegreceu em rebeldia insanável, a Questão Religiosa, que feriu de Dom Vital não um contestador, mas um ortodoxo da Religião que representava e que não era — repita-se — a religião do trono.

O trono só estava aproximado do altar naquilo que parecia ornamental como um enfeite brilhante, além de ser uma proteção julgada necessária, pelo menos até então, por aqueles que se acomodaram com um regime de equilíbrio. Mas, um equilíbrio falso.

O modelo ideal

Durante muito tempo Dom Vital foi o modelo ideal do sacerdote católico. Era forte, viril, destemoroso. Possuía as qualidades mestras de um religioso capaz de tudo sofrer pela sua Fé.

Sua figura física, além dos atributos morais, impunha-se pela decisão, pela coragem pernambucana de afirmar, pelo desprendimento.

Desde a juventude, conforme o testemunho de Carneiro Vilela, seu colega de colégio e, mais tarde, seu tenaz adversário, Antônio Gonçalves, o futuro Dom Vital, manifestava a sua intensa vocação religiosa através de uma piedade e de uma circunspeção raras na sua idade. Estava destinado a ser não apenas o frade capuchinho, mas o lutador da Igreja diante do Estado. Como já ficou dito, os desentendimentos entre os dois poderes vinham de longe. A ele coube o papel singular de dividir em fronteiras intransponíveis a jurisdição do poder espiritual, que era o dele. Nisso está a importância da sua luta e a ousadia da sua atitude, considerada ultramontana e jesuítica, uma vez que ele voltava da Europa profundamente marcado pelo laicismo e pelo liberalismo.

O Papa Pio IX se levantou contra essas duas correntes, que chegaram ao Brasil com todo o ímpeto de uma decisão irrecorrível.

À medida que o tempo passou, a figura do Bispo de Olinda projetou-se na memória das gerações. As antigas famílias sempre pretenderam ter um

padre como representante da sua fé e como uma prova da sua fidelidade. O padre e o bacharel eram os mais representativos de uma família patriarcal: — um era a Igreja, o outro era a Lei, o Direito, a jurisprudência, a garantia do equilíbrio social.

Depois da morte de Dom Vital, o padre ideal era ele. Esse é o tema da seminovela de Gilberto Freyre — *Dona Sinhá e o Filho Padre* — segunda edição, Livraria José Olympio Editora.⁴

Todo o desejo de Dona Sinhá era que o seu filho José Maria fosse sacerdote. Mas um padre como Dom Vital. Um padre assim impressionante pela firmeza e pela grandeza do seu ideal. Que honrasse as melhores tradições da Igreja militante.

Escreve Gilberto Freyre à pág. 64:

“Foi interessado, talvez por deformação profissional, no assunto, que procurei, noutra conversa com João Gaspar, voltar ao problema do seu modo de ser católico; e saber dele o que pensava da Maçonaria, de Dom Vital, da Questão dos Bispos: acontecimentos que estavam ainda quentes na memória dos brasileiros quando nasceu José Maria. Tanto que quase se chamou Vital Maria. Afinal decidiu-se que se chamaria José — o nome do Pai paraense; e Maria em honra da Virgem Santíssima e também de Dom Vital: Vital Maria”.

Essa citação diz tudo. O menino teria sido Vital Maria do mesmo modo como foi José Maria: num caso como no outro, sempre Dom Vital, sempre o modelo ideal.

Modelo, diga-se de passagem, também popular ou popularizado pela bravura do Bispo, na Questão Religiosa, que o envolveu todo inteiro. Até em maços de cigarro aparecia o seu nome. Como aparece hoje para batizar empresas rodoviárias. E mesmo para dar nome a outras coisas, ligadas ao povo, uma vez que ele foi — apesar de homem de elite — homem do povo, andando a pé, sozinho, pelas ruas do Recife, passando quase diariamente pela casa do pai de Oliveira Lima, que é hoje sede do Conselho Estadual de Cultura de Pernambuco.

A caricatura, tanto n' *O Diabo a Quatro* quanto n' *A América Ilustrada*, não chegou a ridículos de traços, como que poupando a grande figura de algo mais desprimoroso.

A campanha teve momentos cruciais. Mas nunca faltou a Dom Vital o respeito do povo.

Assinala Gilberto Freyre na seminovela citada:

“Porque, segundo o irmão de Dona Sinhá, Dom Vital, criado em engenho de Pernambuco e nascido num lugar chamado Pedra de Fogo, da Paraíba, tanto tinha de pedra numas coisas como de fogo noutras”.

Essa opinião é a do próprio Gilberto Freyre transferida para o irmão de Dona Sinhá. Na verdade, Dom Vital foi pedra angular da Igreja no seu soerguimento diante da tutela do Estado; e fogo na sua maneira de agir, de deliberar, de enfrentar o poder majestático.

Curioso é que — registra ainda Gilberto Freyre, servindo-se do seu personagem João Gaspar: — os membros efetivos das lojas maçônicas, que se extremaram no combate a Dom Vital, não passavam de 572, havendo 319 avulsos e 14 honorários. “Isto — continua Gilberto Freyre — para uma população Católica, como, em 1870 a do Recife, de 100.000”.

Acontece que a minoria maçônica era ativista e combateu o Bispo de peito aberto. Além disso, como acentua Vamireh Chacon, era u’a maçonaria palaciana, isto é, poderosa, acobertada pelo Visconde do Rio Branco, cuja interferência na Questão Religiosa não teria chegado ao ponto que chegou se não fora o regalismo de Dom Pedro II.

Referindo-se às expressões usadas pela Maçonaria contra Dom Vital (pág. 69), escreve Gilberto Freyre:

“Essas expressões ostensivas do Anticaticolicismo, da parte das lojas maçônicas no Brasil, só se tornaram sistemáticas na imprensa do Império na década 70-80. Até então a Maçonaria trabalhara com outros modos e com outras palavras. Fazendo-se até de aliada da Igreja. Ganhando a confiança dos sacerdotes mais inocentes em suas atitudes; porém que lhe seriam úteis, deixando-se incluir entre os membros de uma sociedade dedicada tão inofensivamente à caridade cristã. Recordou-o o próprio Dom Vital num seu escrito, hoje raro — um exemplar do qual encontrei também na estante de jacarandá daquele velho que me permitiu que copiasse dele o que entendesse: “Até 1872 tinha a Maçonaria no Brasil permanecido secreta, não dando ares de malquerença à fé Católica; e chegara até, sob a capa de reli-

gião, a introduzir-se no Clero, nos seminários, conventos, cabidos e confrarias religiosas. Quando, porém, teve ela seu Grão-Mestre à testa do governo nacional, e sentiu-se com forças para a luta, julgou oportuno desmascarar-se e de viseira levantada atacar a Igreja. . .”

A verdade é que o conflito entre a Maçonaria e o Bispo não excede a Questão porque ela tem raízes internacionais; e são essas raízes que, ultimamente, mais tem servido de pesquisas e observações.

O romance de Gilberto Freyre se desenrola em torno dessa temática: — um seminarista que entrava no Seminário por uma devoção toda especial da mãe e devia ser um padre como Dom Vital. Isso significava que, recebendo mais adiante a influência das idéias européias, portadoras de um liberalismo um tanto fanático, devia reagir contra esse mesmo liberalismo com toda a força da fidelidade à Igreja.

Para João Gaspar, Dom Vital seria um “amarelo de Goiana”, de quem não se esperam grandes coisas, mas que terminam sendo o imprevisto herói de uma luta histórica, criada pela união entre a Igreja e o Estado.

Publicistas católicos e tomistas, tais como Soriano de Souza, Pedro Autran da Matta e Albuquerque e Tarquinio Bráulio de Souza Amarantho, além de Braz Florentino, muito se bateram por essa união, certamente esperançosos de que, ao influxo da religião católica, as próprias Instituições políticas pudessem melhorar no sentido de defender e preservar os direitos da pessoa humana e as exigências do bem-comum.

Foi uma luta incessante, que a República venceu, separando a Igreja do Estado. Era essa a doutrina de Ruy Barbosa, ao que se diz apoiado por Dom Macedo Costa, companheiro de lutas e de prisão de Dom Vital, que sentiu na própria pele a falsidade do preceito constitucional, que fez do Catolicismo a religião oficial do Império.

Longe de ser uma derrota da Igreja, foi uma vitória. A ausência da tutela do poder temporal deu-lhe liberdade de ação.

Pernambucanidade

Sente-se que a admiração de Gilberto Freyre por Dom Vital assenta basicamente no sentimento pernambucano da luta.

Com efeito, essa luta foi gloriosa e intrépida. O Bispo de Olinda reuniu todas as forças para o combate provocado por ataques e desafios na imprensa maçônico-liberal da época. A década de 70-80 foi rica nesses debates. De ambos os lados a Pernambucanidade se revelou extremadamente ortodoxa do ponto de vista das nossas tradições de liberdade.

Não era propósito do Bispo de Olinda, um jovem de 28 anos de idade, terçar armas aos adversários que esperava encontrar. Para isso bastava lembrar o episcopado de Dom Francisco Cardoso Ayres, enfrentando inimigos poderosos, que dispunham de quase todos os jornais recifenses, enquanto o Prelado tinha apenas o *Católico*, dirigido por Pedro Autran.

Os adeptos do general Abreu e Lima se enfileiraram numa luta encarniçada contra o Bispo rosminiano e contra os jesuítas.

No Concílio Ecumênico Vaticano I a infalibilidade do Papa, *ex-cathedra*, despertou a reação liberal que ardia como uma fogueira na Itália e na Alemanha, principalmente.

Dir-se-ia que, com isso, o Papa se acastelava num privilégio especial, que lhe dava também poderes excepcionais.

No jornal *O Católico*, vários editoriais, atribuídos a Pedro Autran e a Soriano de Souza, defendiam o poder temporal dos Papas e a soberania pontifícia perante os Estados.

Dizia-se que a infalibilidade era uma resposta à perda do poder temporal dos Papas. E como essa tese — a do Papa infalível — partiu dos jesuítas desde o Concílio de Trento, que ofereceu toda a sua resistência à reforma luterana, o Jesuitismo passou a ser considerado sinônimo de ultramontanismo e, por conseguinte, antônimo de Liberalismo.

A luta contra os jesuítas no Recife da Questão Religiosa — um Recife tão pernambucanamente rebelde — assumiu aspectos os mais variados: até José Mariano comandou motins populares, que assumiram proporções de agressividade pessoal.

O Colégio São Francisco Xavier, onde havia apenas sete ou oito jesuítas, foi invadido e depredado, o mesmo acontecendo com o órgão católico *A União*, que tomou a defesa de Dom Vital, ficando muitas vezes sozinho numa luta desigual, sem nunca recuar dos seus propósitos e sem

agredir os adversários com palavras mais rudes e mais ferinas, tal como se usava em editoriais polêmicos e em caricaturas satíricas.

Esse período, tão contagiante pela efervescência das idéias, não podia deixar de contagiar uma obra eminentemente regional, além de regionalista, de Gilberto Freyre.

Diga-se a bem da verdade que a sua posição de simpatia por Dom Vital — simpatia quase adesão — não representa, a meu ver, aquela nostalgia da Igreja, de que falou Álvaro Lins. Representa a admiração por um Bispo que não se envergonhou de ser Bispo. E que, ao assumir o papel histórico que lhe coube, não hesitou em ser o fiel representante de Roma num Recife tão anti-Roma, tão cheio de impulsos liberais contra o que se considerava o reacionarismo religioso do Vaticano.

Aprégio Guimarães, como já foi salientado, lente de Direito Eclesiástico na Faculdade de Direito do Recife, tomou posição decidida contra o Bispo de Olinda e contra a infalibilidade pontifícia. Vê-se por aí que havia contradições nos excessos do Liberalismo dominante. Não era de estranhar, pois, que nas Irmandades e Confrarias houvesse muitos maçons e padres maçons, que acreditavam ser a Maçonaria uma entidade que, embora secreta, não atentava contra a Igreja nem fazia mal aos cristãos.

Na Câmara Temporária, o deputado Tarquínio Bráulio de Souza Amarantho dizia, incisivamente, que se ser católico, fiel ao Papa, e às Encíclicas, era ser ultramontano — então ele se confessava ultramontano, sem receio de afirmar as suas convicções, fossem quais fossem as críticas que isso suscitasse.

Na análise superficial que acabamos de fazer da obra de Gilberto Freyre, em relação a Dom Vital, só houve um intuito: mostrar que o autor de *Casa Grande & Senzala* é sensível ao problema religioso como tal e ao vigoroso lutador da Fé como personalidade autêntica, que saiu da acomodação reinante e das aparências de um falso equilíbrio de poderes para a claridade tropical das atitudes fortes, que definem um homem e uma época.

Todas as vezes que Dom Vital aparece na obra de Gilberto Freyre é para ser exaltado; nunca diminuído. Nunca satirizado. Nunca tomado como um frade "estouvado", como pareceu, a princípio, a Machado de Assis, que, depois de o ver entrar no Tribunal que o julgou, tomou-se de grande admiração pelo capuchinho enérgico, impressionante pela firmeza das suas atitudes

e pela superioridade com que enfrentou juízes que não tinham o poder de julgá-lo, uma vez que, tratando-se de uma Questão Religiosa, foram desprezados trâmites legais, tais como a audiência do Primaz da Bahia. O processo era injusto e ilegal.

Gilberto Freyre viu sempre numa ótica admirável de isenção e de admiração o grande Bispo. Sua obra é o testemunho da imparcialidade histórica ajudada pela visão sociológica do problema.

NOTAS DE REFERÊNCIAS

- 1 – FREYRE, Gilberto. *Dom Pedro II, Imperador cinzento de uma terra de sol tropical*. Recife, Conselho Estadual de Cultura de Pernambuco, 1925.
- 2 – LEITE, Beatriz Westin de Cerqueira. *O Senado nos anos finais do Império*. Brasília, Senado Federal, 1978. p. 132.
- 3 – FREYRE, Gilberto. *Sobrados e Mucambos*. 4 ed. Rio de Janeiro, J. Olympio, v. 1 p. 312.
- 4 – FREYRE, Gilberto. *Dona sinhá e o filho Padre*. 2.ed. Rio de Janeiro, J. Olympio, p. 64, 69.